

Procuradoria
Geral do
Estado



ESTADO DE GOIÁS
PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO
CÂMARA DE CONCILIAÇÃO, MEDIAÇÃO E ARBITRAGEM

TERMO DE ACORDO

TERMO DE ACORDO Nº 81/2026-PGE/CCMA

AGÊNCIA GOIANA DE INFRAESTRUTURA E TRANSPORTES, pessoa jurídica de direito público de natureza autárquica, inscrita no CPNJ nº 03.520.933/0001-06, representada por sua Presidente, **ELIANE SIMONINI BALTAZAR**, com orientação jurídica do Procurador do Estado, **MATEUS BENINCA**, OAB/GO nº 74.600, doravante denominada como **PRIMEIRA ACORDANTE**; **ANTÔNIO ROGÉRIO LEVORATO**, inscrito no CPF sob o nº ***.235.968-**, doravante denominado **SEGUNDO ACORDANTE**; e **SANDRA FARIA DE MORAES LEVORATO**, inscrita no CPF nº ***.248.118-**, doravante denominada **TERCEIRA ACORDANTE**; com fundamento no artigo 29 da Lei Complementar estadual nº 144/2018; artigo 38-A da Lei Complementar estadual nº 58/2006; artigo 3º, §2º, CPC/2015, bem como o que consta nos autos SEI nº 202500036016259, resolvem firmar o presente termo de acordo no âmbito da **CÂMARA DE CONCILIAÇÃO, MEDIAÇÃO E ARBITRAGEM ESTADUAL - CCMA**, a observância das cláusulas e condições abaixo especificadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DA JUSTIFICATIVA

1.1. Trata-se de encaminhamento realizado pela Procuradoria Setorial da Agência Goiana de Infraestrutura e Transportes, por meio do Parecer Jurídico GOINFRA/PR-PROSET-CAS nº 60/2026 (86771812), a respeito de pedido administrativo de indenização, formulado pelo SEGUNDO e TERCEIRA ACORDANTES, proprietários do imóvel rural denominado Fazenda São José, registrado nas matrículas nº 755 e 756, no Cartório de Registro de Imóveis, Tabelionato de Notas Pessoas Jurídicas, Títulos e Protesto do Município de Guarani de Goiás, Comarca de Posse – GO, atingido pelas obras de implantação e pavimentação da Rodovia GO-110, no trecho: entroncamento GO-446 (Iaciara) – Estiva.

1.2. De acordo com os Laudos de Avaliação do imóvel (84924072, 84924094), concluiu-se que o valor de mercado referente à área de 0,4513 hectares (matrícula nº 755) corresponde ao montante de R\$9.200,00 (nove mil e duzentos reais), e o valor de mercado da área de 2,5596 hectares (matrícula nº 756) corresponde ao montante de R\$56.300,00 (cinquenta e seis mil e trezentos reais), tendo sido a área declarada como de utilidade pública pelo Decreto Estadual nº 10.748, de 4 de agosto de 2025 (81835337)

1.3. Ressalta-se que o SEGUNDO e TERCEIRA ACORDANTES não aceitaram realizar a doação das áreas de 0,4513 hectares (matrícula nº 755) e 2,5596 hectares (matrícula nº 756), de acordo com o Termo de Discordância de Doação (85856475), todavia, anuíram com o valor da indenização ofertada, conforme se verifica através do Termo de oferta de indenização, devidamente assinado (85856365). Assim, os autos foram encaminhados à Procuradoria Setorial, para confecção do parecer jurídico acerca da regularidade do procedimento.

1.4. A Procuradoria Setorial, por conseguinte, concluiu pela juridicidade do processo de desapropriação, nos termos do Parecer GOINFRA/PR-PROSET-CAS nº 60/2026 (86771812), ressaltando a necessidade de notificar formalmente o credor fiduciário do expropriado, qual seja, o Banco Daycoval S/A, consoante

previsto nas matrículas dos imóveis (81830734 e 81830873), dando ciência quanto ao ato desapropriatório, à aquisição originária pelo Estado e ao valor final da indenização proposto e aceito pelo devedor.

1.5. Posteriormente, foi juntada aos autos autorização da Presidente da Agência Goiana de Infraestrutura e Transportes, a Sra. Eliane Simonini Baltazar, para pagamento de indenização referente à desapropriação de área atingida pelas obras de implantação e pavimentação da Rodovia GO-110, no trecho: entroncamento GO-446 (Iaciara) – Estiva ([87005043](#)). Ademais, consta nos autos a realização da reserva orçamentária dos recursos necessários ([86694342](#)).

1.6. Em 17/03/2026, foi realizado juízo positivo de admissibilidade pela Câmara de Conciliação, Mediação e Arbitragem da Administração Estadual, acatando a submissão do requerimento de resolução consensual ([87654223](#)) e solicitando à Procuradoria Setorial que fosse juntada aos autos a notificação assinada comprovando a ciência do Banco Daycoval S/A acerca do ato desapropriatório.

1.7. Em seguida, tendo sido enviada uma notificação formal, via Correios, ao credor Banco Daycoval S/A informando sobre o ato, a aquisição pelo Estado e o valor acordado da indenização, restou devidamente comprovado o seu recebimento, através da juntada aos autos do Aviso de Recebimento (AR) assinado ([91167376](#)).

1.8. A atuação da Câmara de Conciliação, Mediação e Arbitragem Estadual é regida pelos princípios da independência, da imparcialidade do(a) mediador(a), da autonomia da vontade dos interessados, da confidencialidade, da oralidade, da informalidade, da boa-fé e da decisão informada, previstos no artigo 166, Código de Processo Civil/2015 e artigo 2º, §1º, Lei Complementar estadual n. 144/2018.

1.9. Nos termos do artigo 29, Lei Complementar estadual n. 144/2018, autorizada aos(às) Procuradores(as) do Estado a viabilização de acordos, desde que a pretensão econômica não ultrapasse 500 (quinhentos) salários mínimos.

1.10. O mesmo diploma legal estabelece em seu artigo 1º, enquanto princípio na celebração dos acordos pela Administração Pública, a redução do dispêndio de recursos públicos na instauração, condução e acompanhamento de processos administrativos e judiciais, nos quais os custos suprem o potencial benefício decorrente dos prognósticos dos seus resultados, o que se verifica no particular.

1.11. Considerando, por fim, que a celebração de acordo é recomendada pelos princípios da isonomia, efetividade, eficiência, economicidade e vantajosidade, resolvem as partes, com fundamento nos dispositivos legais retromencionados e nos princípios referenciados, firmar o presente, observadas as condições abaixo.

2. CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

2.1. O presente instrumento tem como objetivo dispor sobre a indenização desapropriatória das áreas de 0,4513 e 2,5596 hectares do imóvel rural denominado Fazenda São José, registrado nas matrículas nº 755 e 756, no Cartório de Registro de Imóveis, Tabelionato de Notas Pessoas Jurídicas, Títulos e Protesto do Município de Guarani de Goiás, Comarca de Posse – GO, atingido pelas obras de implantação e pavimentação da Rodovia GO-110, no trecho: entroncamento GO-446 (Iaciara) – Estiva, de propriedade do SEGUNDO e TERCEIRA ACORDANTES, conforme descrição pormenorizada constante nos Laudos de Avaliação (84924072, 84924094), mapas e memoriais descritivos ([83678469](#), [83678501](#), [83678476](#), 83678504).

2.2. O SEGUNDO e TERCEIRA ACORDANTES declaram ser legítimos possuidores do referido imóvel rural identificado no bojo do processo administrativo SEI! sob nº 202500036016259, conforme mapas e memoriais descritivos ([83678469](#), [83678501](#), [83678476](#), 83678504) anexos aos autos.

2.3. A referida área foi declarada de utilidade pública, para fins de desapropriação, pelo Decreto Estadual nº 10.748, de 4 de agosto de 2025 (81835337), e para efeito de desapropriação ficou estabelecido o valor total de R\$ 65.500,00 (sessenta mil e quinhentos reais), relativo ao somatório dos valores relativos às áreas de 0,4513 hectares (matrícula nº 755) e 2,5596 hectares (matrícula nº 756), a título de indenização, segundo os laudos de avaliação, nos termos do art. 10-A, caput, do Decreto-Lei 3.365/1941, conforme consta no processo SEI! sob nº 202500036016259, com o qual concordam o SEGUNDO e TERCEIRA ACORDANTES (85856365).

2.4. O SEGUNDO e TERCEIRA ACORDANTES concordam com a desapropriação das referidas áreas e acessões físicas e naturais existentes, obrigando-se a transferi-las à PRIMEIRA ACORDANTE livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames, judiciais ou extrajudiciais.

2.5. A PRIMEIRA ACORDANTE pagará ao SEGUNDO e TERCEIRA ACORDANTES, a título de indenização global pela desapropriação administrativa, o valor certo e justo de R\$ 65.500,00 (sessenta mil e quinhentos reais), em obediência ao justo e prévio pagamento a que se refere a Constituição Federal/1988 e conforme os laudos de avaliação do imóvel constantes nos autos (84924072, 84924094);

§1º O depósito será realizado pela PRIMEIRA ACORDANTE, no prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir da assinatura do presente termo de acordo, em conta bancária de titularidade do SEGUNDO e TERCEIRA ACORDANTES ([85856529](#)), vinculado à disponibilidade orçamentária da PRIMEIRA ACORDANTE, condicionada a eventual liberação de ônus ou gravames, judiciais ou extrajudiciais, na matrícula do imóvel que será transferido à PRIMEIRA ACORDANTE.

§2º O pagamento deverá ocorrer exclusivamente em nome do SEGUNDO e TERCEIRA ACORDANTES que constam na matrícula, excluindo-se qualquer possibilidade de pagamento em nome de procuradores ou terceiros, conforme dispõe o Parecer Jurídico GOINFRA/PR-PROSET-CAS nº 60/2026 (86771812), sem a incidência de juros, atualização monetária, honorários advocatícios ou quaisquer outros consectários.

§3º O presente termo de acordo constitui instrumento hábil para registro e transferência do imóvel suprarreferido junto ao correspondente Cartório de Registro de Imóveis.

2.6. A PRIMEIRA ACORDANTE será imitida na posse da área descrita na Cláusula 2.1, na data de assinatura do presente acordo, podendo nela ingressar a partir de referida data e realizar obras e serviços preliminares, independentemente da lavratura da escritura pública e correspondente registro em cartório, oportunidade em que passa a assumir todos os encargos tributários e cíveis, e todos os direitos de propriedade que incidam sobre a área utilizada, sendo reputada desapropriada para todos os efeitos legais, nos termos do Decreto-Lei 3.365/1941;

Parágrafo único - O SEGUNDO e TERCEIRA ACORDANTES comprometem-se a desocupar imediatamente a referida área, com seus familiares, colonos, empregados, posseiros ou quaisquer outras pessoas que nela estejam localizadas, a que título for, os quais ficam, nestes termos, notificados das necessidades de desocupação, bem como pela retirada de animais domésticos; responsabilizando-se pelo pagamento de quaisquer indenizações devidas ou que venham a ser devidas no que se refere a direitos trabalhistas, previdenciários, contratuais ou possessórios sobre as áreas objeto desta escritura ou em decorrência dela, seja qual for a natureza ou o fundamento de tais direitos, ficando expressamente vedada a retirada de cercas existentes nas propriedades, principalmente, as de divisas, sendo vedado, também, construir ou permitir que construam qualquer benfeitoria na área em questão, e admitir empregados, colonos ou trabalhadores para o local indicado.

2.7. Em consonância com a orientação da Procuradoria Setorial, consubstanciada no Parecer Jurídico GOINFRA/PR-PROSET-CAS nº 60/2026 (86771812), e diante da existência de credor nas matrículas,

procedeu-se à notificação prévia do credor fiduciário Banco Daycoval S/A, o qual manifestou ciência acerca do ato desapropriatório (91167376).

2.8. O descumprimento do ajuste por alguma das partes implicará na rescisão do presente acordo intermediado pela Câmara de Conciliação, Mediação e Arbitragem Estadual, com cuja atuação o SEGUNDO e TERCEIRA ACORDANTES manifestam expressa concordância, mediante subscrição do presente termo de acordo.

3. **CLÁUSULA TERCEIRA - DAS CONSEQUÊNCIAS DO ACORDO**

3.1. O presente ajuste importa em renúncia a eventuais direitos decorrentes dos mesmos fatos ou fundamentos jurídicos, assim como em renúncia a custas e honorários advocatícios.

3.2. O presente ajuste possui caráter intransferível, irrevogável e irretratável.

3.3. O termo de acordo será publicado no sítio eletrônico oficial da Procuradoria-Geral do Estado de Goiás, nos termos do art. 33 da Lei Complementar estadual nº 144/2018.

3.4. As controvérsias eventualmente surgidas quanto a esse acordo poderão ser submetidas à tentativa de conciliação e mediação no âmbito da Câmara de Conciliação, Mediação e Arbitragem da Administração Estadual, na forma da Lei Complementar estadual nº 144/2018.

3.5. O ajuste entabulado, com fundamento no art. 16, §2º, da Lei Complementar estadual nº 144/2018, e no art. 20, parágrafo único, da Lei federal n. 13.140/2015, constitui título executivo extrajudicial e, caso homologado judicialmente, título executivo judicial.

3.6. Nos termos do [Despacho nº 1784/2023/GAB](#), caberá exclusivamente à PRIMEIRA ACORDANTE o controle e monitoramento da execução das obrigações assumidas pela outra parte, mediante fluxos internamente definidos, uma vez que a CCMA não tem competência para fiscalizar o cumprimento, pelas partes acordantes, das obrigações materializadas em termo de acordo. As controvérsias eventualmente surgidas durante a execução poderão ser submetidas a nova tentativa de conciliação e mediação no âmbito da Câmara de Conciliação, Mediação e Arbitragem da Administração Estadual, na forma da Lei Complementar estadual n. 144/2018, mediante requerimento de quaisquer das partes.

Diante do exposto, observados os preceitos legais atinentes ao caso, firmam as partes o presente acordo.

Goiânia, 24 de junho de 2026.

Agência Goiana de Infraestrutura e Transportes

Eliane Simonini Baltazar

Presidente

(Assinatura eletrônica)

Agência Goiana de Infraestrutura e Transportes

Mateus Beninca

Procurador do Estado

OAB/GO nº 74.600

(Assinatura eletrônica)

Documento assinado digitalmente
gov.br ANTONIO ROGERIO LEVORATO
Data: 06/07/2026 15:50:04-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Antônio Rogério Levorato

CPF nº ***.235.968-**

Segundo Acordante

Documento assinado digitalmente
gov.br SANDRA FARIA DE MORAES LEVORATO
Data: 06/07/2026 15:56:58-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Sandra Faria de Moraes Levorato

CPF nº ***.248.118-**

Terceira Acordante

Câmara de Conciliação, Mediação e Arbitragem Estadual

Giorgia Kristiny dos Santos Adad

Mediadora

OAB/GO nº 65.155

(Assinatura Eletrônica)



Documento assinado eletronicamente por **GIORGIA KRISTINY DOS SANTOS ADAD, Procurador (a) do Estado**, em 26/06/2026, às 13:15, conforme art. 2º, § 2º, III, "b", da Lei 17.039/2010 e art. 3ºB, I, do Decreto nº 8.808/2016.



Documento assinado eletronicamente por **MATEUS BENINCA, Procurador (a) do Estado**, em 30/06/2026, às 11:34, conforme art. 2º, § 2º, III, "b", da Lei 17.039/2010 e art. 3ºB, I, do Decreto nº 8.808/2016.



Documento assinado eletronicamente por **ELIANE SIMONINI BALTAZAR, Presidente**, em 03/07/2026, às 20:01, conforme art. 2º, § 2º, III, "b", da Lei 17.039/2010 e art. 3ºB, I, do Decreto nº 8.808/2016.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.go.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=1 informando o código verificador **92040831** e o código CRC **6E817EB8**.

CÂMARA DE CONCILIAÇÃO, MEDIAÇÃO E ARBITRAGEM
RUA 2 293 Qd.D-02 Lt.20, ESQ. COM A AVENIDA REPÚBLICA DO LÍBANO, ED.
REPUBLICA TOWER - Bairro SETOR OESTE - GOIANIA - GO - CEP 74110-130 - (62)3252-
8276.



Referência: Processo nº 202500036016259



SEI 92040831